

# Cidades novas: laboratórios socioespaciais

## *New Cities as social: spatial laboratories*

Ricardo Trevisan<sup>1</sup>

### Resumo

A criação de cidades novas, antecipadamente planejadas e profissionalmente projetadas, pode agregar detalhes interessantes à história do urbanismo. Em determinados casos, tais cidades refletem-se como experimentações sociais e físicas na busca por uma melhor qualidade de vida, delineamento traçado por estudiosos e pesquisadores preocupados em caracterizar essa tipologia urbanística como *laboratórios*, com os mais variados tipos de ensaios. É nesse contexto que o presente trabalho se insere, buscando – mediante uso de referências bibliográficas específicas e articulação de inúmeros estudos de casos – revelar o planejamento de cidades novas, averiguando nas condições socioespaciais a oferta de propostas inovadoras.

**Palavras-chave:** Cidades novas. Utopia. Arquitetura e Urbanismo.

### Abstract

The creation of new cities, which are planned in advance and professionally designed, can add interesting details to the history of urbanism. In certain cases, such cities are reflected as social and physical experimentation in search of better quality of life – thoughts traced by researchers and scholars concerned with characterizing this urban typology as laboratories, with all kinds of tests. The present work is situated in this context and uses specific bibliography and the articulation of a number of case studies, from utopias to realities, to reveal the planning of new cities, ascertaining, in the socio-spatial conditions, the offer of innovative proposals.

**Keywords:** New cities. *Utopia*. Architecture and Urbanism.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. da FAU-UnB. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Urbe – LabEUrban, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade de Brasília – UNB, Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte, Caixa postal 04431 - CEP:70910-900 / Brasília-DF/ Brasil. E-mail: <prof.trevisan@gmail.com>.

## 1 Introdução

É consenso: todas as cidades existentes já foram uma cidade nova em algum momento do passado, geradas a partir de circunstâncias política, econômica, social e/ou cultural específicas, e implantadas sobre sítios de interesse. Todavia, pode-se diferenciar a origem de uma cidade classificando-a, como fez Jean-Louis Huot:

Certas cidades nascem pelo crescimento sobre um elemento não urbano (castelo), outras pelo desenvolvimento espontâneo a partir de uma vila, outras, enfim, nascem pela vontade do homem num local onde não havia nada, ou somente poucas habitações. Quando o plano da cidade é antecipadamente pensado e prevendo a localização dos órgãos fundamentais, a aglomeração urbana é desenvolvida num quadro artificial seguindo um plano imposto pela vontade do homem. Este tipo de aglomeração é frequentemente chamado de cidade criada. (HUOT, 1988, p. 8).

Entender a cidade nova enquanto um tipo urbanístico, para o autor francês, é ir além de sua fundação, é regressar para o período antecessor e verificar as circunstâncias e as ações a elas atreladas. Deslocamento que nos permite separar as cidades espontâneas das *Cidades Novas* (CNs), as quais foram, no momento anterior ao seu surgimento, concebidas, formuladas, idealizadas, intencionadas, inventadas, pensadas, planejadas, premeditadas, programadas, projetadas.

Designações utilizadas para qualificar uma aglomeração urbana criada *ex nihilo*, opondo-se ao desenvolvimento tradicional de uma cidade que pouco a pouco adquiriu seu *status*, conceito de CNs que foi particularmente definido (TREVISAN, 2009) como núcleos urbanos: 1) criados pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso. Seis atributos aplicáveis a exemplares produzidos ao longo de eras.

De Kahun, no Egito do século dezenove a.C., tida como o primeiro exemplar de cidade planejada em estrutura de grelha no Ocidente. Das cidades de dominação grega de Mileto, na Turquia do século V a.C., ou de Túrios e Pireu, na Grécia do século I a.C.. Das cidades do Império Romano, como Cosa implantada estrategicamente ao norte de Roma no século III a.C. e Timgad, na Argélia do século I d.C., como parte do domínio romano sobre o norte do continente africano. Das *póvoas*, das *bastides* e das *villes d'évêque*, na Europa medieval. Da asteca Teotihuacán, no México do período pré-colombiano. Da Cidade Proibida, na Pequim do século XV. Das Leis das Índias que nortearam os projetos das cidades novas da América espanhola. Das cidades empresariais europeias, com o advento da indústria a partir do século XVIII. Da Las Vegas, nos EUA de 1905, e das demais CNs criadas em função do turismo no século XX. Das *new towns* inglesas ou das *villes nouvelles* francesas da pós II Guerra Mundial. Esses são alguns exemplos de que a existência de CNs há muito tempo faz parte da história do urbanismo.

Especificamente no Brasil, o caso de CNs antecede os exemplares do período imperial (século XIX) e republicano (século XX). Durante a Colônia (do século XVI ao XIX), as cidades capitais implantadas na costa, determinadas pelas *Cartas Régias*, os vilarejos jesuítos e assentamentos missionários, extremamente regulares e organizados conforme a ordem religiosa (carmelitas, franciscanos etc.), e as vilas pombalinas, implantadas na hinterlândia brasileira, somam-se às sedes administrativas de Teresina (1851), Aracaju (1855), Belo Horizonte (1895), Goiânia (1933), Brasília (1960) e Palmas (1989), e às centenas de cidades de colonização do oeste nos últimos cem anos, representando a trajetória e a diversidade de núcleos regulares em território nacional, desde meros assentamentos incipientes a verdadeiras CNs.

Esse breve panorama histórico, mundial e brasileiro, sobre CNs revela a origem remota de tal tipo e sua difusão abrangente. Uma introdução que nos permite ter uma melhor compreensão sobre o universo das CNs, seus significados e suas aplicações em contextos diversos; verdadeiro “campo de experimentações” como alguns autores preferem defini-las. Objetos idealizados, num primeiro instante, como ensaios de um mundo perfeito;

objetos que em circunstâncias favoráveis se tornaram cenários reais.

Estruturalmente, o artigo foi segmentado em três partes, sendo: 1) Cidades Novas, da Utopia à Realidade, a qual revela, pela narrativa histórica, a produção de cidades ideais, meramente imaginadas ou materializadas; 2) Cidades Novas: laboratórios socioespaciais, a qual permeia exemplares cujas experiências urbanísticas e arquitetônicas geraram e geram consequências no modo de vida de seus habitantes; e, por fim, 3) Cidades Novas: laboratórios para aprender com o qual direciona a importância dessa produção ao planejamento de novos assentamentos urbanos.

## 2 Cidades novas, da utopia à realidade

Em texto datado de 1922, o sociólogo e historiador norte-americano Lewis Mumford define *utopia* como:

[...] o estágio último da loucura humana ou da esperança humana: inúteis sonhos de perfeição em uma Terra do Nunca, um país que não existirá, ou uma pura tentativa racional de reconstruir o ambiente humano, suas instituições e até a imperfeição de sua natureza, com propósito de aumentar a oportunidade na vida a cada dia. (MUMFORD, 1969, p.1).

Loucura ou esperança, indícios revelam que o termo *utopia* foi forjado, originalmente, pelo escritor inglês Thomas Morus, em sua obra homônima de 1516 Figura 1, a partir de raízes gregas. Surgiu do substantivo *tópos* (lugar) e duas partículas, o prefixo *eu* (boa qualidade) e *ou* (nenhum), sendo também utilizado pela sua contração *u*. Significa, respectivamente, o espaço bom (*eutopia*) e o espaço que não existe (*utopia*).

Contudo, as criações de uma sociedade perfeita habitando uma cidade-modelo datam de muito antes do século XVI. Da *República* (384-377 a.C.) de Platão ou do *Monte Athos* (século I d.C.) de Vitruvius Figura 2 às propostas de cidades em grandes estruturas da segunda metade do século XX (*Brasília* de Rino Levi, 1957; *Tóquio* de Kenzo Tange, 1960; *Walking Cities* de Ron Herron, 1964), essas “cidades ideais” são símbolos de uma busca pela felicidade original perdida, perseguida desde as tradições bíblicas (*Éden*, a terra prometida).

**Figura 1** – Utopia de 1516, obra literária de Thomas Morus sobre uma sociedade ideal



Fonte: (GIORDANO,1962)

**Figura 2** – Monte Athos e a cidade ideal de Vitruvius (século I d.C.). O gigante esculpido no rochedo protege a CN com seu braço



Fonte: (LANG, 1952)

Tais proposições sempre alimentaram a humanidade e ocuparam o imaginário de um grande número de filósofos, escritores e historiadores. Para Anatole France (BERNERI, 1950), “[...] sem as utopias, os homens estariam ainda vivendo em cavernas, miseráveis e nus. Foram os utópicos que traçaram as linhas das primeiras cidades...”. Saídas de sonhos generosos, esses intentos tornaram-se realidades benéficas. *Utopia*, segundo o escritor francês, seria o princípio de todo o progresso, um ensaio para um futuro melhor.

Uma leitura defensora que se contrapõe à crítica feita por Mumford (1969), contrário à ideia da utopia platônica, o historiador francês indica a realidade como único caminho para uma vida melhor. Para ele, Platão criou um discurso de utopia o qual aprisionou todos os utopistas posteriores. Sem tirar os méritos de gênio, considera o filósofo como “um profascista”, que acreditava no papel de comando da elite, na autarquia, no uso da mentira para governar, no militarismo, e em muitos outros métodos. Seguindo o raciocínio, Mumford (1969) acredita que a maioria dos utopistas clássicos apresentavam tendências ditatoriais, tentando impor às múltiplas atividades humanas e ao jogo de interesse da sociedade uma disciplina monolítica.

Mumford (1969, p. 4) irá pensar a *utopia* como algo oposto ao espírito unilateral, partidário, especializado. Para o autor, quem segue o método utópico deve considerar a vida no presente e em todos os pontos de vista, ou seja, “[...] como um conjunto inter-relacionado, como um órgão junto de partes suscetíveis a melhor organização, com os quais é importante manter o equilíbrio”.

Românticas ou realistas, as definições encontradas na literatura também nos permitem estabelecer um entendimento da *utopia* a partir dos seguintes aspectos: temporal, político-econômico-social e físico.

Pelo viés temporal, a busca nostálgica por um passado perdido e a ansiedade por um futuro inatingível fizeram da *utopia* uma negação ao presente. Ciente disso, Giulio Carlo Argan afirma:

O que atrai, no passado e no futuro, é justamente o não estar “presente”. É até mesmo possível reunir as duas categorias aparentemente contraditórias em uma só e considerar tudo como utopia: entendida não tanto como prefiguração de um tempo melhor, mas como desgosto e impossibilidade de viver no atual. (PESSOA, 2006, p. 101).

Na história, as *utopias* aparecem mais regularmente em períodos de transição e em épocas de grandes incertezas. Exemplo disso são as proposições dos “socialistas utópicos”, nos séculos XVII e XIX, como saídas alternativas para a florescente cidade industrial e suas adversidades. Estes, chamados de *progressistas* por Choay (1997), acreditavam, com base na enorme adaptabilidade da sociedade, que bastava renegar o passado para se obter a chave de um futuro melhor, previsto racionalmente em todos os aspectos. Foi assim quando o escritor francês Etienne Cabet (1788-1856) criou, em 1840, a cidade de *Icara*, capital

de um Estado fictício: *Icária*, descrita por ele em seu livro *Voyage en Icarie*. Ou quando o médico inglês Benjamin Ward Richardson (1828-1896) formulou, também em livro, a cidade de *Hygeia* (1876) – Cidade da Saúde.

Outros criadores evocavam um tipo antigo como referência fundamental em todas as tentativas de remodelação e de reestruturação urbana – os *culturalistas* segundo Choay (1997). Bandeira hasteada por Camillo Sitte (1843-1903), ao resgatar para sua *Cidade Artística* as características existentes nas cidades medievais, em especial as praças; e pelos filósofos ingleses John Ruskin (1818-1900) e William Morris (1834-1896) que, unidos ao arquiteto Richard Norman Shaw (1831-1912), lideraram o movimento *Arts & Crafts*.

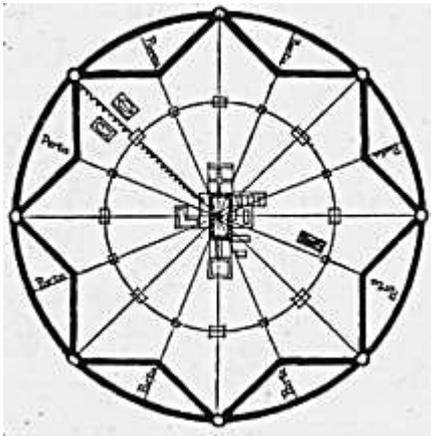
Mas, em ambas as vertentes, seja *progressista* ou *culturalista*, há um ponto em comum: a rejeição à realidade, nutrida por um sistema político-econômico-social insatisfatório.

Paralelamente ao fator tempo, a crítica ao sistema vigente faz da *utopia* uma busca pela sociedade ideal, associada às noções de evolução, de perfeição e de progresso. Geralmente, o interesse individual deveria ser substituído pelo coletivo, como um ponto inicial de transformação do mundo. Nesse sentido, o norte-americano Edward Bellamy (1850-1893) futuriza, em seu livro *Looking Backwards* (1888), a cidade de Boston no ano de 2000 como: “[...] uma sociedade organizada racionalmente, fundada na repartição igualitária dos produtos e do trabalho humano, na solidariedade social, numa adequada utilização da máquina, num planejamento geral centralizado [...]”. (SICA, 1981). Agrupamento social similar ao *Falanstério* do francês Charles Fourier (1772-1837): um único edifício ocupado por 1,6 mil pessoas em busca da harmonia universal; seria uma grande máquina de habitação, destinada a criar uma vida comunitária estreitamente integrada.

A fim de atingir o perfeito desenho social, a maioria dos utopistas formulava simultaneamente um novo *habitat*, invariavelmente uma nova cidade. É como se sociedade e cidade não pudessem ser dissociadas. Assim, o espaço urbano – a materialização do sonho – sempre foi o cenário das *utopias*, sendo apresentado em diferentes trabalhos, como em: *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho (410), *Sforzinda*, de Antonio Averlino Filarete (1460) Figura 3, *Abadia de Thelema*, de François Rabelais (1532), *Cristianópolis*, de Johann Valentin Andreäe (1619) Figu-

ra 4, *Cidade do Sol*, de Tomaso Campanella (1623), *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1624), *Oceana*, de James Harrington (1656), *Aventuras de Telêmaco*, de François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1699), *Suplemento da Viagem à Bougainville*, de Denis Diderot (1772); além das propostas pós-Revolução Industrial, como as vilas industriais campestres do geógrafo russo Piotr Alexeevich Kropotkin (1842-1921).

**Figura 3** – Plano radioconcêntrico de Sforzinda, projetada em 1460 pelo italiano Filarete. A geometria a favor da cidade ideal



Fonte: (GIORDANO, 1962)

**Figura 4** – Vista da cidade de Cristianópolis, idealizada por Johann Valentin Andreä em 1619. A religiosidade no nome e na centralidade desta CN, que ainda abrigava barras residenciais, intercaladas por espaços públicos, e muralha de proteção



Fonte: (KRUFT, 1990)

Romanceadas em obras literárias como respostas a uma *contrautopia* (lugar inabitável) existente, tais criações também foram responsáveis por soluções urbanísticas originais, introduzidas em parcelas urbanas ou na totalidade de uma CN. Utópicos, radicais, inovadores, polêmicos, criticados ou louvados, esses trabalhos tiveram a iniciativa de repensar, de modo revolucionário, a

cidade caótica, fosse pelo planejamento urbano segundo as necessidades impostas (por exemplo, as obras do Papa Sisto V em Roma, no século XVI, ou as intervenções de Haussmann em Paris do século XIX), fosse pela criação de CNs. Cidades-conceito que, elaboradas por pensadores e reformadores atentos à situação inquietante de uma determinada realidade, provocaram transformações físico-sociais, mediante apropriações isoladas ou absolutas, no decorrer do tempo.

Nessa direção, a *utopia* vista por seu aspecto físico recebeu a atenção especial de Emmanuel Eveno, em seu livro *Utopias Urbaines*, de 1998. Para o autor, a *utopia urbana* é um ato político, cuja finalidade se divide globalmente em duas grandes famílias: as “utopias-espelhos” (*utopies-miroirs*) e as “utopias-projetos” (*utopies-projets*). A família das “utopias-espelhos” é aquela do mundo inverso (a sutil inversão ótica do espelho), não destinada a ser real, mas instigadora da imaginação. Ela representa um modo de expressão política e pode ser um ato de oposição, uma crítica ou uma contestação. Ideia compartilhada pelo arquiteto francês Yannis Tsiomis, que define *utopia* como “[...] uma contra realidade, uma inversão da realidade, termo a termo, uma versão de texto que construa outro espaço que não é inexistente, mas que seja uma inversão do espaço existente”. (MACHADO, 2006, p. 71).

Por sua vez, a família de “utopias-projetos” se apresenta a partir de dois principais aspectos: as “utopias completas” e os “fragmentos de utopias”. As “utopias completas” repousam sobre um pragmatismo de nova fundação, justificado num ato revolucionário para organizar totalmente e completamente uma nova sociedade; utopias estas associadas frequentemente ao Renascimento, ao Iluminismo e a algumas CNs das Américas colonizadas. Ilustram esse caso a CN empresarial de *Chaux* (Figura 5, na França, projetada pelo arquiteto Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806) e construída entre 1774 e 1779; ou a *New Harmony* (1824) norte-americana, planejada por Robert Owen (1771-1858).

Os “fragmentos de utopias”, por sua vez, focalizam a temática a partir da dimensão projetiva; tendo os fragmentos o objetivo de assinalar que, no projeto, os princípios revolucionários e de nova fundação são secundários. Nela, a arquitetura e o urbanismo são os meios mais claros de intervenção. Algo recorrente no século XX, quando o pragmatismo diluiu o projeto utópico na tensão que existe entre projeto-decisão-realização, conferindo

à *utopia* um lugar na elaboração do projeto. Essa forma utópica se justifica por sua exemplificação, acomodando experimentações limitadas no espaço urbano, como a *Cidade Marina*, de Kiyonori Kikutake, de 1968, e a *Cidade Sistemática Urbano-Fábrica-Agro-Florestal* na Amazônia, de Spencer Pupo Nogueira, dos anos 1980, Figura 6.

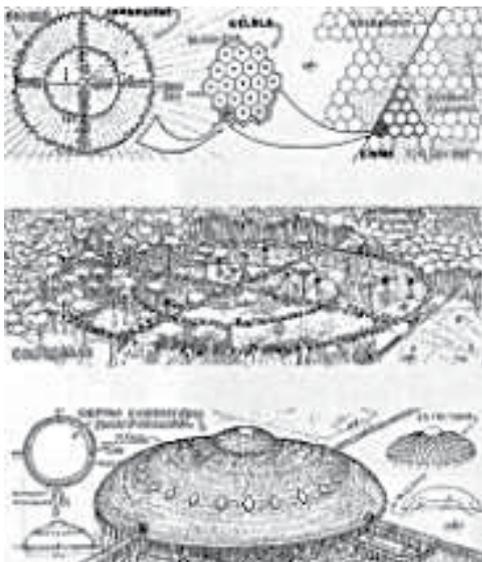
Essa *utopia física*, urbana e arquitetônica, foi fomentada pelas inúmeras teorias originárias dos séculos XIX e XX. Seus genitores – Howard, Soria y Mata, Le Corbusier, Clarence Stein e Henry Wright, F.L. Wright, *Team X*, *Archigram*, entre outros – foram responsáveis por uma rica produção de tipologias urbanísticas. Como consequência, tivemos a origem de diferentes CNs, idealizadas com intuito de estabelecer um rumo a seguir, uma bússola colocada à disposição da sociedade.

**Figura 5** – Salinas de Chaux, de Claude-Nicolas Ledoux (1774). Implantação de construções isoladas e morfologicamente idênticas tangente ao limite externo de uma elipse. Casa do diretor e indústria em posição central



Fonte: (KRUFT, 1990)

**Figura 6** – Detalhes da comunidade idealizada pelo arquiteto brasileiro Spencer Nogueira (anos 1980). Tecnologia empregada a favor de uma ocupação sustentável da floresta amazônica



Fonte: (REVISTA AU, 1987)

Um norte verificado, aqui, nos diversos exemplares de cidades ideais que, mesmo não sendo efetivados (imateriais), acabaram por influenciar as práticas urbanísticas posteriores. Fossem tipos geométricos, simétricos, regulares, pontuados por uma centralidade; fossem tipos fechados delimitados por muralhas, fossos, penhascos ou cinturões verdes; fossem tipos bidimensionais (traçados) ou tridimensionais (tecidos); essas cidades-laboratório saíram do campo virtual, da *utopia*, para se tornarem parte de nosso cotidiano, realidades urbanas.

### 3 Cidades novas: laboratórios socioespaciais

CRIAR uma cidade é sempre criar uma cultura, quer dizer, os modelos individuais e comuns de atitudes.

Augustyn Banka (HAUMONT, 1997, p.153).

Utópicas ou reais, as CNs foram também experimentações sociais e físicas na busca por uma melhor qualidade de vida. Delineamento traçado por estudiosos e pesquisadores preocupados em caracterizar as CNs como *laboratórios*, com os mais variados tipos de ensaios.

A maior parte de propostas de cidades idealizadas surgiu como uma crítica à cidade contemporânea e pelo desejo de criar a condição de reequilíbrio social, educando seus habitantes mediante sua organização e sua arquitetura, dando-lhes a condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de um tipo de “[...] cidade unitariamente projetada, a absoluta presteza do idealizador e do construtor de poder prever as necessidades físicas, psíquicas dos habitantes e de traduzi-las em formas arquitetônicas” (BERTUGLIA; TICH; STANGHELLINI, 2004, p. 90). Concretizações de uma ideia, muitas dentre elas foram destinadas a serem cidades-modelo, tendo:

[...] em comum uma ideia de partida, que não são somente alojamento e infraestrutura, mas sim uma manifestação física de certa ideia de vida urbana. [...] manifestos políticos daquilo entendido como vida urbana para seus habitantes. (SAFIER, 1977, p. 3).

Do ideal ao real, as CNs foram constantemente alimentadas pela busca de condições melhores, mediante “ações inovadoras e experimentais” (MONTAGU; SOKOLSKY, 1995), como aquelas implementadas na primeira Cidade-Jardim: Letchworth (1903), na Inglaterra, e na colônia agrícola de Ceres (1941), no estado de Goiás,

Brasil. Duas cidades distantes mais do que geograficamente, porém unidas por princípios sociais estipulados por seus criadores.

Em Letchworth, Figura 7, projetada pelos arquitetos Raymond Unwin (1863-1940) e Richard Barry Parker (1867-1947), sob o olhar atento de Ebenezer Howard, todo o plano da CN, assim como seu tranquilo funcionamento, foi pautado em regulamentos estabelecidos pela *First Garden City Ltd.* e, posteriormente, pelos primeiros moradores. Criaram-se normas e regras para o uso do solo e controle do conjunto paisagístico, a proibição de abertura de casas comerciais na área residencial, o tipo de construções, o número limitado de artesãos por bairro para garantir clientela, o controle sobre a criação de animais domésticos para que não perturbassem os vizinhos, a proibição de implantar indústrias poluidoras, a proibição de abertura de lojas de bebidas alcoólicas,<sup>2</sup> e até a proibição de tocar sirenes nas fábricas ou sinos em igrejas e escolas (HALL, 1995).

**Figura 7** – Imagem retirada de prospecto promocional de Letchworth, a primeira Cidade-Jardim na Inglaterra. A publicidade vende uma vida tranquila, em meio ao verde do campo, para as famílias que buscam sair das grandes cidades congestionadas. A CN como a materialização da sociedade perfeita



Fonte: (BEEVERS, 1988)

Já Ceres, considerada uma colônia agrícola modelo e uma das maiores produtoras de cereais do estado de Goiás nos anos 1940 e 1950, foi projetada pelo agrônomo carioca Bernardo Sayão Carvalho Araújo (1901-1959),

<sup>2</sup> Em sua obra teórica sobre as Cidades-Jardins, Ebenezer Howard dedicou um capítulo exclusivo sobre a venda de bebidas (capítulo VII), um problema que as cidades inglesas apresentavam. O alto índice de alcoolismo, principalmente na massa operária (um possível escape da realidade caótica urbana e das condições imorais de trabalho), levou o autor a proibir a venda de bebida em sua cidade idealizada.

responsável também pelas rígidas normas de posturas e condutas sociais da CN. Bernardo Sayão “[...] não admitia bebidas, prostituição e jogo na área da colônia” (MARQUES, 2009), acarretando na criação de outro assentamento vizinho: Rialma, na margem oposta do Rio das Almas, onde quase tudo era permitido.

Letchworth e Ceres são, portanto, classificadas como CNs não somente pelas circunstâncias envolvidas, como também pelos aspectos sociais, determinados por seus criadores a partir da cultura em voga.

Nesse sentido, as CNs como campo de experimentação social foram analisadas por Fachard (1982), ao diferenciá-las da cidade tradicional durante seu estágio inicial onde o modo de vida é mais intenso e mais diversificado. Para a autora, após estudos das *villes nouvelles* francesas dos anos 1960,

[...] as cidades novas vieram substituir um sistema complexo de organização espacial e funcional voluntário, onde cada questão colocada exige uma resposta e meios compatíveis com a coerência do conjunto [...]. A margem de liberdade que oferecem as cidades novas é uma especificidade que muito lhe convém, mas que tem por corolário a necessidade de fazer escolhas: decidir aquilo que é bom ou ruim. (FACHARD, 1982, p. 38).

Processo de vida que permite aos futuros habitantes da CN uma mudança, como colocou Anatole Kopp em seu livro *Changer la vie, changer la ville*, de 1975. Para mudar a vida, haveria a necessidade de mudar a cidade, ou melhor, de cidade. Era a oportunidade para os mais jovens de conseguirem empregos promissores, de adquirirem sua moradia, de garantirem qualidade de vida para seus filhos etc. Um novo modo de vida, “[...] ideal para casais jovens com crianças” (DUCON; YOKOHARI, 2006, p. 26), como verificado na cidade-satélite de Águas Claras, Brasília.

A mais nova das cidades-satélites do Distrito Federal brasileiro, concebida em 1991 pelo arquiteto Paulo Zimbres, atrai um perfil de habitante único e diferenciado das demais. Segundo último censo registrado (2010), jovens casais com filhos entre 0 e 6 anos, de classe média, trabalhadores no Plano Piloto, escolheram a cidade-satélite de Águas Claras como sua morada na capital federal. A cidade prevista como resposta ao urbanismo modernista-segregador existente no Plano Piloto de Lucio Costa e nas cidades-satélites mais antigas, infelizmente se transformou, com o aval estatal e o domínio das construtoras

privadas, em uma cidade com características típicas das áreas de expansão urbana no Brasil: torres habitacionais com mais de 20 pavimentos; espaços públicos desqualificados (praças abandonadas, muros contínuos, calçadas intransitáveis, centralidade não definida etc.); áreas de lazer privatizadas em espaços condominiais; ruas estreitas para um fluxo intenso de veículos etc. Talvez por este cenário familiar (aliado a uma resistência em habitar as superquadras de Lúcio Costa) ou pela oferta imobiliária, muitas famílias vindas dos diferentes recantos do país tenham optado por Águas Claras como a cidade para o começo de uma nova vida.

Seja por condições preestabelecidas, seja por condições convidativas a um público específico, as CNs propiciam um novo gênero de vida, onde “[...] a posição das grandes funções urbanas [moradia, emprego, transporte, etc.], leva em conta os novos modos de posicionamento individual e coletivo” (VERMEERSCH, 2005, p.22). No Japão, por exemplo, a CN de Tsukuda surgiu como solução a um dos males da vida contemporânea. Fundada em 2000, a nordeste de Tóquio, esse assentamento nasceu com um novo conceito para os padrões de vida urbana: a *slow life* (vida pacata), contrapondo-se ao estresse e à agitação das grandes metrópoles. Um estilo de se viver específico, que leva autores como Warnier (1988, p.27) a taxar as CNs como “[...] apenas um problema de planejamento do quadro de vida, e não um pacto urbanístico, um parto de planificação urbana”.

Mas, se para alguns pesquisadores as CNs se tornaram *locus* para composições sociais particulares – espaço para controle ou libertação de seus futuros habitantes –, para outros estudiosos, elas também se caracterizaram como verdadeiros laboratórios urbanístico e arquitetônico.

Ao elaborarem indagações como:

A cidade nova apresenta uma concepção e um método particular de urbanismo? Havia uma arquitetura específica? Como ocorreu sua inserção no meio escolhido para sua implantação? As cidades novas eram um laboratório sobre o plano de qualidade arquitetônica, urbanística e ambiental? (MERLIN; SUDARSKIS, 1991, p. 53).

Merlin; Sudarskis (1991) nos levam a atentar para a temática como um vasto arcabouço de experiências projetuais; como uma temática de “linguagem própria” (VADELORGE, 2005); ou ainda, como “[...] um momento de criação privilegiado [...], um tipo de laboratório ideal” (POITEVIN; ETTEINGER; AANTIER, 1993, p.

189). Algo verificado no devaneio de arquitetos contemporâneos nos Emirados Árabes Unidos ao imaginarem a “cidade ecológica e autossustentável” de Ziggurat, Figura 8. Uma CN projetada em megaestrutura piramidal, com turbinas eólicas e painéis solares para produção de energia, além de transporte feito por uma rede de monotrilhos e elevadores interligados, sem a necessidade de automóveis.

Experiência urbanística e arquitetônica que aproxima as CNs aos conceitos de *inovação* ou *cidade-objeto*. Para Smadja (1987, p. 1), a “[...] inovação é substancial às cidades novas. Já no início, o projeto e sua implantação estão situados num contexto de abertura à inovação”. Para Boumaza (2006, p. 522) cada CN é uma “[...] cidade-objeto, sendo uma projeção no futuro a partir de lições da história e dos contratempos do tempo presente”. Situação recorrente nas grandes estruturas de *Lilypad*, Figura, do arquiteto belga Vincent Callebaut, uma cidade flutuante sobre o mar, identificada como o novo espaço urbano da sociedade do futuro (ROUAT, 1996), uma saída de emergência para a elevação do nível dos oceanos.

**Figura 8** – Vista da CN de Ziggurat, nos Emirados Árabes Unidos (não construída). A megaestrutura em pirâmide, repleta de tecnologia sustentável, abrigaria uma cidade inteira em uma região erma.



Fonte: (TREVISAN, 2009)

**Figura 9** – Vista de duas Lilypad, implantadas ao lado do Principado de Mônaco. Cidades flutuantes, autossustentáveis, capazes de abrigar 50 mil moradores, refugiados de cidades inundadas pela elevação do nível dos oceanos.



Fonte: (ROUAT, 1996)

Ou ainda a criação de pequenas cidades-estado, uma ideia patrocinada pelo bilionário norte-americano Peter Thiel e comandada pelo *Seasteading Institute*. Seriam plataformas flutuantes ancoradas em águas internacionais, sem relação com qualquer país e, portanto, independentes politicamente.

Inovadoras e objetos idealizados, tais CNs propiciam um estudo minucioso, servindo de referência histórica como salienta Aymeric Zublena:

Se um historiador de arquitetura urbana desejasse estudar a evolução das concepções arquitetônicas entre os anos 1960 e 1980, é nos centros urbanos das cidades novas que ele encontraria o mais rico terreno de análise. (FRANCE, 2007, p. 80).

Similar às colocações de Coulon (1993), ao situar as CNs como a materialização temporal de uma arquitetura e de um urbanismo recorrentes numa época:

As cidades novas estão inscritas, numa produção espaço-temporal, como testemunhas físicas da evolução das práticas num período de transformações radicais, e que as contradições formais inerentes ao sistema de produção (divisão de espaços e justaposição tecno-prática) constituíram a infraestrutura visível de uma imagem física da cidade moderna. (COULON, 1993, p. 90).

E de Vincent Fouchier, ao qualificar as *villes nouvelles* francesas: “As cidades novas foram um terreno privilegiado para as tentativas de experimentações arquitetônicas, onde podemos observar in loco a evolução em curso dos seus 40 anos”. (DIEBOLD; LEMONIER, 2001 p. 13).

Já Choay e Merlin (2005), embora compartilhem da ideia de CNs como laboratórios, fazem uma distinção entre o urbanismo e a arquitetura presentes nas cidades do tipo satélite (cidades novas de expansão urbana):

Se as CNs foram, frequentemente, em seus países (ex-URSS, Grã-Bretanha, França, Holanda, Suécia, Finlândia) laboratórios em matéria de urbanismo, oferecendo um meio de vida melhor que as periferias ordinárias; elas não se constituíram, no entanto, sobre o plano da arquitetura (à exceção de algumas realizações isoladas como Tapiola, na Finlândia), um conjunto de inovação esperada. (CHOAY; MERLIN, 2005, p. 946).

Seja qual for a leitura empregada, tais laboratórios *in vivo* do urbanismo e da arquitetura podem ser, atualmente, visitados, estudados, analisados e criticados, a exemplo de Chandigarh, Figura 10 e Brasília, Figura 11,

verdadeiros “museus modernistas ao ar livre” (PELLETIER; DELFANTE, 2000).

**Figura 10** – Assembleia da CN administrativa de Chandigarh, Índia. O projeto brutalista de Le Corbusier, hoje, é referência para estudos arquitetônicos.



Fonte: (TREVISAN, 2009)

**Figura 11** – Congresso Nacional da CN de Brasília. O projeto modernista de Oscar Niemeyer como um dos pontos turísticos da capital brasileira.



Fonte: Registro do autor, 2010.

Mesmo as *villes nouvelles* francesas, com suas soluções espaciais miraculosas, transformaram-se em espaço para o turismo arquitetônico (WERMES, 1991). Após a iniciativa de criação das cinco CNs no entorno parisiense (Évry, Cergy-Pontoise, Marne-la-Vallée, Melun-Sénart e Saint-Quentin-en-Yvelines), o Estado promoveu uma sequência de concursos, cada um com diferentes níveis de intervenções, divididos em três grandes grupos: 1) grandes concursos de urbanismo (arquitetura e organização urbana de áreas de 700 a 7 mil moradias); 2) concursos de habitação (áreas de 70 a algumas centenas de moradias); e 3) concursos de espaços públicos. A quantidade de concursos possibilitou uma diversidade de projetos, realizados por mais de 260 arquitetos e urbanistas, dos quais se destacam: Ricardo Bofill, Christian de Portzamparc, Jean Nouvel, Alain Sarfati, Tomasz Fiszer, Manuel Nuñez Yanowsky etc. Nesse rico acervo urbanístico e arquitetônico pós-moderno, encontram-se: o “Espaço de Abraxas”, um complexo residencial composto por três prédios: Teatro, Palácio e Arco, Figura 12, desenhado pelo arquiteto espanhol Bofill em 1982; e as “Arenas de Picasso”, Figura 13,

um conjunto de habitação para baixa renda, construído entre 1980 e 1984, elaborado pelo arquiteto uzbeque Yanowsky.

Figura 12 – Complexo residencial (Palácio e Arco) na CN de Marne-la-Vallée, projetado pelo arquiteto Ricardo Bofill (1982). Uso da arquitetura pós-moderna como espaço cênico



Fonte: Registro do autor, 2008.

Figura 13 – O “camembert” do arquiteto Manuel Nuñez Yanowsky. Conjunto habitacional para atender à população de baixa renda na CN de Marne-la-Vallée



Fonte: Registro do autor, 2008.

Inovações e experimentações que chegam ao exagero como nos projetos para a cidade-satélite dinamarquesa de Albertslund (1963), nos arredores de Copenhague, com a predominância de uma arquitetura mediterrânea; e para a CN chinesa de Gaoqiao, no entorno de Xangai, com sua arquitetura holandesa (MING, 2003). Em ambos, a tentativa de reproduzir *ipsis litteris* ambientes localizados a milhares de quilômetros do sítio de origem (longe, portanto, de seu devido contexto socioambiental) foi o modo encontrado por incorporadores de comercializar arquiteturas historicamente aceitáveis. Assim, o *fake* arquitetônico e urbanístico se torna moeda imobiliária e o modo de vida, uma indagação: teriam os moradores locais adquirido as características de gregos ou holandeses?!

Ironias à parte, a programação de CNs é um ato de construção, no abstrato e na realidade, de uma totalidade utópica, coerente com as perspectivas do Estado promotor e assinado por arquitetos e urbanistas ou por outros profissionais. Laboratórios que absorveram fórmulas de

experiências, inusitadas ou não, na tentativa de criar uma sociedade ideal inserida num espaço planejado. Experimentações espaciais que fazem das CNs um tipo particular na urbanística. Espaços que buscam, ao menos no início, determinar, modular, regrar os comportamentos sociais de seus habitantes.

#### 4 Cidades novas: laboratórios para se aprender com

A partir das considerações acima postadas – a conceituação de CN, sua aplicação histórica e representativa, parte utópica, parte real, espaço para experimentos sociais e espaciais –, posso creditar a tal tipologia urbanística importante relevância para a história, a teoria, o planejamento e o projeto de arquitetura e urbanismo. Trata-se de um incontestável arcabouço de ferramentas e práticas a serem mais bem analisadas, interpretadas, testadas e aplicadas por aqueles responsáveis por pensar e construir a cidade, de hoje e do amanhã.

A exemplo daquilo que ocorre nas passarelas de *la haute couture*, nos salões de automóveis e nas exposições mundiais, as CNs são protótipos de uma cidade ideal, perfeita, desejada; são representações atuais de um cotidiano futuro; são alusões, pela ficção científica, de um modo de vida ainda inexistente; são traduções oportunas do passado e do presente, representadas naquilo que está por vir; são espaços-conceito referências para profissionais, gestores, promotores imobiliários etc.; enfim, são produtos inovadores a serem mirados com maior atenção e dedicação por nós, pesquisadores e estudiosos.

Reflexos de um futuro ou uma saída de emergência para demandas atuais. Veja-se, por exemplo, os países africanos em conflitos, o Haiti pós-terremoto de 2010, o Japão pós *tissunami* de 2011 ou os refugiados da Síria de 2013; cenários devastados por guerras ou desastres naturais nos quais a aplicação das lições cedidas pelas CNs poderiam aliviar temporariamente os danos causados. O uso das CNs como solução para abrigar milhares de refugiados de guerra ou de desastres naturais funcionariam como um dispositivo de proteção para garantir a seguridade física, alimentar e sanitária de todos aqueles fugitivos de guerras ou daqueles desabrigados. Edificados no começo como um autêntico deserto ou como um *não lugar*, os campos podem se tornar cidades, CNs surgidas a partir de um sistema de sobrevivência.

Possibilidades de planejarmos cidades e seus espaços, sejam elas novas ou anciãs, aldeias ou metrópoles. Seja qual for a quimera almejada ou a necessidade requisitada, ensaios, testes, tentativas, erros e acertos são praxes nessa tipologia, verdadeiros laboratórios com os quais podemos aprender com.

### Referências

- BERNERI, M. L. *Journey through Utopia*. Londres: Routledge; Kegan Paul, 1950.
- BERTUGLIA, C. S.; TICH, S. P.; STANGHELLINI, A. *Formazione di un'identità urbana: il caso delle villes nouvelles*. Milão: Franco-Angeli, 2004.
- BOUMAZA, N. et al. *Villes réelles, villes projetées: fabrication de la ville au Maghreb*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2006.
- CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CHOAY, F.; MERLIN, P. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 2005.
- COULON, A. Les villes nouvelles et le projet urbain. Saint-Quentin-en-Yvelines. *Cahiers de la recherche architecturale*, França, n. 32-33, p. 89-102, 1993.
- DIEBOLD, M.-C.; LEMONIER, M. Villes nouvelles. *Diagonal*, França, n. 149, p. 10-14, maio/jun. 2001.
- DUCON, E.; YOKOHARI, M. L'involution et urbaine dans l'aire tokyoïte: le déclin de la ville nouvelle de Tama. *Annales de la recherche urbaine*, França, n. 100, p. 23-27, 2006.
- EVENO, E. *Utopies Urbaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1998.
- FACHARD, S. Villes nouvelles et expérimentation sociale. *PCM*, França, n. 1, p. 37-40, jan. 1982.
- FRANCE. Ministère de la Culture. *Ministère de l'Équipement. Programme interministériel d'histoire et d'évaluation des villes nouvelles françaises*. Paris: Ministère de la Culture, 2007.
- GIORDANO, P. L. *L'idea della Città Giardino*. Bolonha: Calderini Bologna, 1962.
- HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HAUMONT, N. *Les villes nouvelles d'Europe à la fin du 20ème siècle*. Paris: CRH, 1997. (Recherche comparative internationale. Tome I, Hongrie – Pologne. Tome II, Ecosse – France v. 2).
- HUOT, J.-L. (Dir.). *La ville neuve, une idée de l'antiquité?* Paris: Errance, 1988.
- KOPP, A. *Changer la vie, changer la ville*. Paris: Union générale d'éditions, 1975.
- KRUFT, H.-W. *Le città utopiche: la città ideale dal XV al XVIII secolo fra utopia e realtà*. Bari: Laterza, 1990.
- LANG, S. The ideal city: from Plato to Howard. *The Architectural Review*, Grã-Bretanha, v. 112, n. 668, p. 91-101, Aug. 1952.
- MACHADO, D. B. P. (Org.). *Sobre urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; PROURB, 2006.
- MARQUES, J. S. Bernardo Sayão: o último pioneiro. Disponível em: <<http://www.ueg.br/materia/bernardo-sayao-o-ultimo-pioneiro/1697>>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- MERLIN, P.; SUDARSKIS, M. *From garden cities to urban reconstruction: new towns in perspective*. Haia: INTA/AIVN, 1991.
- MING, H.-X. One city, nine towns. Alla ricerca di periferie ideali in China. *Urbanistica*, Itália, n. 122, p. 75-81, set./dez. 2003.
- MONTAGU, A.; SOKOLSKY, S. *Villes nouvelles: villes innovantes?* Paris: SGVN, 1995.
- MUMFORD, L. *Storia dell'utopia*. Bolonha: Calderini Bologna, 1969.
- PELLETIER, J.; DELFANTE, C. *Villes et urbanisme dans le monde*. Paris: Armand Colin, 2000.
- PESSOA, D. F. *Utopia e cidades: proposições*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.
- POITEVIN, J.; ETTEINGER, B.; ANTIER, G. Voie étroite pour villes nouvelles. *Cahiers de l'IAURIF*, França, n. 104-105, p. 189-204, août. 1993.
- REVISTA AU. *Planeta Amazônia*. São Paulo: Pini, ano 3, n. 10, fev./mar. 1987.
- ROUAT, S. Les nouvelles villes flottantes. *Sciences et avenir, França*, n. 595, sept. 1996.
- SAFIER, M. Le rôle des villes nouvelles dans l'urbanisation. *Planification habitat information*, França, n. 89, p. 3-12, nov. 1977.

SICA, P. *Historia del urbanismo*. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

SMADJA, G. L'innovation en villes nouvelles. *Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles*, França, n. 13, p. 1-4, avr. 1987.

TREVISAN, R. *Cidades Novas*. Brasília. 2009. 333 p. Tese (Doutorado)—Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VADELORGE, L. Des villes sans histoire. *Ethnologie française*. França, Tome 33, n. 1, p. 7-13, jan./mars 2003.

VERMEERSCH, S. *Le projet socio-urbain des villes nouvelles: expérimentation et obsolescence*. Paris: École d'architecture de Paris Val-de-Seine, 2005.

WARNIER, B. Architecture et urbanisme. *Administration*, França, n. 141, p. 27-49, oct. 1988,.

WERMES, A. L'envol touristique des villes nouvelles. *Espaces loisirs tourisme environnement*, França, n. 108, p. 21-23, fév./mar. 1991.